



TOMBO E ESMACIMENTO DA MEMÓRIA PROTESTANTE NA VILA DE PARANAPIACABA

TUMBLE AND FADING OF THE PROTESTANT MEMORY IN THE VILLAGE OF PARANAPIACABA

César Rocha Lima**

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

<https://orcid.org/0000-0002-5339-7967>
rochalima@alumni.usp.br

Marcel Mendes*

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

<https://orcid.org/0000-0003-3878-5221>
marcel.mendes@mackenzie.com

RESUMO: Este artigo trata da presença protestante na antiga Vila Ferroviária do Alto da Serra, hoje Vila de Paranapiacaba, nos altos patamares da Serra do Mar. Discute-se o processo de apagamento da memória que poderia ser suscitada a partir do imóvel que sediou o culto cristão protestante naquela localidade. Paradoxalmente, o processo de tombamento patrimonial total daquela área urbana, levado a efeito pelo Poder Público, entre 1987 e 2003, agravou a rarefação histórico-memorial, pela não exigência de referências materiais, no local, alusivas ao passado funcional do imóvel.

PALAVRAS-CHAVE: Alto da Serra; Paranapiacaba; patrimônio histórico; protestantismo.

ABSTRACT: This article examines the Protestant presence in the former Vila Ferroviária do Alto da Serra, currently Vila de Paranapiacaba. The process of erasing the memory that could be reclaimed from a property that hosted a Protestant Christian worship is discussed. Paradoxically, the process of total heritage listing of that urban area, carried out by the Public Power, between 1987 and 2003, aggravated the historical-memorial rarefaction, due to the non-requirement of material references, on site, alluding to the functional past of the property.

** Doutorado em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades (USP). Realiza Estágio Pós-Doutoral em Educação, Arte e História da Cultura (Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM).

* Doutorado em História Social (USP). Professor Titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), lotado no Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT). Docente do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura (PPGEAHC). Pesquisador-Residente do Centro Histórico Mackenzie (CHM).

KEYWORDS: Alto da Serra; Paranapiacaba; historical heritage; protestantism.

INTRODUÇÃO

O vocábulo ‘tombar’ possui o significado de arrolar, inventariar e registrar; normalmente ele é utilizado para proteger, assegurar e garantir a existência de algo por parte do poder público (LEMOS; CORONA, 1972, p. 453). O termo provém do direito lusitano e possui como origem histórica os Arquivos do Reino, guardados, originalmente, no *Castelo de São Jorge*, em Lisboa, popularmente denominado *Torre do Tombo* (PIETRO, 2011, p. 63).

No Brasil, país de múltiplas paisagens naturais e belezas arquitetônicas construídas na época da Colônia e do Império, o ordenamento jurídico para a preservação da identidade cultural e patrimônio histórico teve início com a edição e promulgação do Decreto-Lei n.º 25/37:



CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)

Art. 1º Constituem o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. [...] (IPHAN, 1937, Art. 1).

Esse Decreto-Lei, sob a égide da Constituição Federal de 1937¹ (CF 1937), rompeu com o descaso do poder estatal e considerou a relevância dos bens advindos da colonização portuguesa (BREVIGLIERI; LIMA, 2017, p. 95).

¹ **CF 1937** – “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.” (BRASIL, 1937, Art. 134).

Atualmente, o patrimônio histórico e artístico brasileiro está amparado pelo Artigo 216 da CF 1988:

Art. 216. Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** - As formas de expressão;
- II** - Os modos de criar, fazer e viver;
- III** - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216).

Como percebido, o texto constitucional ampliou o conceito de ‘patrimônio’, com a substituição da expressão ‘Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’ (do Decreto-Lei n.º 25/37), por ‘Patrimônio Cultural Brasileiro’. Segundo o IPHAN (2014): “Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial”.

De sua parte, a CF 1988 definiu contornos mais nítidos para os ‘locais de valor histórico ou artístico’ propostos na CF 1967², mediante o acréscimo da expressão “conjuntos urbanos” (BRASIL, 1988, Art. 216, item V), o que representou um avanço na concepção da abrangência e complexidade das formas do ‘Patrimônio Cultural’.

Esse lapso temporal no ordenamento jurídico brasileiro, concernente às questões dos conjuntos urbanos, constitui-se no reflexo do hiato de quatro séculos, entre as concepções europeias de ‘monumento histórico’ e de ‘cidade histórica’. Mas, por que razões a cidade histórica esperou tanto tempo para ser pensada como um objeto de conservação por inteiro, e não a soma redutível dos seus monumentos?

De acordo com Françoise Choay:

Numerosos fatores contribuíram para retardar de uma só vez a objetivação e a inserção do espaço urbano numa perspectiva histórica: de um lado, sua escala, complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço; de outro, a ausência, antes do início do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às

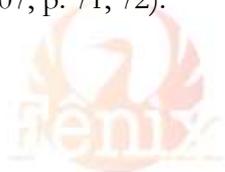
² **CF 1967** – “O amparo à cultura é dever do Estado. **Parágrafo único** – Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.” (BRASIL, 1967, Art. 172).

transformações do espaço urbano ao longo do tempo (CHOAY, 2017, p. 177, 178).

Isso posto, fica evidente a complexidade da inserção do espaço urbano numa perspectiva histórica, dado à irredutibilidade de seus monumentos. O nosso principal objeto de estudo carrega consigo certa carga paradoxal entre o tombamento de uma vila histórica (espaço urbano) e as suas características singulares e irredutíveis. Pois, se trata de um imóvel utilizado pelos protestantes na Vila de Paranapiacaba, no estado de São Paulo, durante os séculos XIX³ e XX.

A VILA DE PARANAPIACABA

A Vila de Paranapiacaba⁴ começou a ser edificada na década de 1860, como parte integrante do projeto de construção da estrada férrea Santos-Jundiaí. Conhecida, naquela época, como Vila Ferroviária do Alto da Serra, ela concentrou a mão de obra necessária para a construção e administração do sistema funicular, que foi edificado em patamares, a fim de vencer o declive de 800 metros que separava a vila (*planalto*) da baixada (CRUZ, 2007, p. 71, 72).



www.revistafenix.pro.br

Figura 1 – Vila de Paranapiacaba

³ De acordo com estudos dos arquitetos: Gustavo Secco, Ana Lúcia Arantes Silva e Larissa Lie Nagase (2017).

⁴ O termo *Paranapiacaba*, que se refere à vila construída pelos ingleses no século XIX, originou-se da palavra tupi que significa *lugar de onde se vê o mar*. Contudo, por ocasião da sua construção, a vila era chamada de *Alto da Serra*, e assim permaneceu até 1945. Nesse artigo utilizaremos os dois termos referindo-se ao mesmo objeto.

A implantação da linha férrea no estado de São Paulo fez parte dos processos de modernização do Brasil no século XIX, que recebeu expressiva influência inglesa. De acordo com Gilberto Freyre (1900-1987):

[...] as primeiras fundições modernas, o primeiro cabo submarino, as primeiras estradas de ferro, os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos foram, quase todas, obras de inglês (2000, p. 62).

Dessa forma, a *SPR* surgiu como solução para o escoamento do café, no auge da sua produção, na primeira metade do século XIX. Cabe lembrar que parte desse precioso produto se perdia pelo trajeto na *Estrada da Maioridade*, inaugurada em 1846, elevando assim os custos dessa *commodity* no mercado externo e tornando-a menos atrativa. Até então, o transporte do café para o Porto de Santos era realizado por tropeiros, em lombos de mulas, animal que existia em abundância naquela época (FURTADO, 2006, p. 196).

A então denominada Vila Velha serviu de alojamento para os trabalhadores responsáveis pela instalação da primeira ligação entre o *Planalto* e a *Baixada Santista* (CRUZ, 2007, p. 78). Ela se constituiu num conjunto de edificações que proporcionou a infraestrutura necessária à construção e manutenção da ferrovia. No campo da saúde, ofereceu assistência médica por intermédio do *Hospital Alto da Serra* – um conjunto composto por uma farmácia, um necrotério, uma lavanderia, algumas salas de consulta e de cirurgia; disponibilizou, também, a internação para o alto escalão, espaço de isolamento e casa para tratamento de doenças infectocontagiosas, além de conceder casas exclusivas para o corpo clínico.

Dessa forma, a Vila Velha trouxe o seguinte aporte para a construção da ferrovia: uma rede social dos operários – com as casas e códigos de conduta; uma rede social para os engenheiros e técnicos – com as atividades para o exercício da cultura inglesa; e uma rede social de saúde – uma vez que os acidentes eram constantes (CARVALHO; GIGLIO, 2011, p. 332).

Em 1864, concluiu-se o trecho inicial que ligava São Paulo a Santos, porém esse trecho só foi inaugurado três anos mais tarde, com a atividade inicial de duas viagens por dia. No auge da sua construção, entre 1860 e 1865, trabalharam quase cinco mil pessoas,

todavia a companhia inglesa não poderia permitir a utilização de mão-de-obra escrava⁵ (CRUZ, 2007, p. XVII).

Quando da finalização das obras de implantação da estrada de ferro, permaneceram apenas os funcionários necessários para a manutenção dos serviços de conservação da ferrovia, do maquinário e das operações de tráfego, originando assim o vilarejo denominado Varanda Velha ou Vila Velha, organizada nos redores da ferrovia.

De acordo com Thais Cruz, “diante do crescimento da economia paulista e das exportações pelo porto de Santos, a SPR empreendeu a duplicação de toda a sua linha tronco, na serra e no planalto, entre 1896 e 1901, e construiu um novo sistema funicular de maior capacidade.” (2007, p. 61).

Sendo assim, um número significativo de imigrantes trabalhou tanto na ferrovia como na edificação das ruas e casas da vila. Com o passar do tempo, expandiram-se os limites das habitações dos funcionários, vindo a ser construída a Vila Martin Smith, com casas em cinco padrões hierárquicos diferentes para acomodação dos engenheiros, médicos, famílias de operários e solteiros.

Concomitantemente à formação da Vila Velha, surgiu outro aglomerado urbano, numa topografia acidentada; ele foi chamado de ‘Parte Alta’, com o estilo arquitetônico das casas e vilas portuguesas. (CRUZ, 2007, p. 84).

O TOMBAMENTO DA VILA DE PARANAPIACABA

O tombamento da Vila de Paranapiacaba, como conjunto urbano, ocorreu nas três instâncias. No âmbito federal, ela foi tombada em 1987 pelo IPHAN, sob o processo n.º 1.252-T-87. De acordo com Eneida Almeida (2018, p. 338), a delimitação da área de proteção foi a menor em relação às demais esferas governamentais, pois excluiu a Parte Alta e a área envoltória, por não ter relação direta com o funcionamento dos planos inclinados, nem com a porção da vila construída pela ferrovia.

No âmbito estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, por intermédio de estudos inicialmente realizados pelo professor Issao Minami, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, juntamente com Júlio Abe Wakahara, depois de levantar os interesses dos moradores e ex-moradores da vila e

⁵ Embora esta não seja a temática da presente pesquisa, faz-se necessário elencar alguns artigos científicos que mencionam a utilização de mão de obra escrava na construção da SPR, dentre eles: Paulo Andrade (2015; s/d) e Palmira Teixeira (2002).

consultar os arquivos da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, aprovou a Resolução de Tombamento n.º 37/1987, tornando a Vila de Paranapiacaba um “bem cultural de interesse histórico, arquitetônico-urbanístico, ambiental e tecnológico” (ALMEIDA, 2018, p. 338).

No âmbito municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Artístico Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA, aprovou em 2003, em meio ao caloroso debate acerca da situação fundiária da vila, o tombamento, definindo um perímetro de proteção mais extenso em relação aos definidos pelos órgãos dos âmbitos federal e estadual, visto que ele incluiu toda a área urbana da vila: a Parte Alta, a Vila Velha e a Vila Martin Smith, abarcando o meio ambiente que envolve o núcleo urbano, os perímetros de proteção da linha férrea e seus complementos constituídos pelas ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º Patamar (ALMEIDA, 2018, p. 339). Retornemos, contudo, ao século XIX, para identificar melhor os protagonistas desta narrativa.

MEMÓRIA PROTESTANTE NA VILA DE PARANAPIACABA

O PROTESTANTISMO DE DANIEL MACKINSON FOX

Em 1857, após mapear o trajeto por onde passaria a linha férrea, o engenheiro inglês Daniel Mackinson Fox – que veio a se tornar o superintendente da *São Paulo Railway Company* – retornou à Inglaterra, onde se casou com Mary Catherine Browne (1830-1892), em 13 de janeiro de 1858. Em 1859, o casal gerou o primeiro filho, William Russell Fox (1859-1938), que veio a tornar-se pastor protestante na Inglaterra. (THE RIO NEWS, 1880, p. 2).

Daniel Fox era de origem Protestante, seus pais frequentaram o ministério anglicano *Holy Trinity Hull* em Yorkshire, na Inglaterra, Igreja onde ele foi batizado, no dia 26 de abril de 1830.

Em 1859, Daniel Fox recebeu uma ‘carta convite’, assinada por James Brunlees, solicitando o seu retorno para o Brasil a fim de construir a ferrovia para o escoamento do café no Porto de Santos. Na missiva foram destacados as habilidades linguísticas e profissionais de Fox, visto que ele já havia trabalhado na construção de ferrovias no País de Gales e nos Pirenéus.

De volta ao Brasil, em 1860, Fox foi encarregado das obras de implantação da linha férrea *SPR* na função de engenheiro residente (FOX, 1870, p. 31); para tanto, estabeleceu moradia em São Paulo, na antiga Rua Alegre (hoje Brigadeiro Tobias).

A Rua Alegre, juntamente com a sua paralela, Rua Triste, saíam do largo de Santa Efigênia em direção aos campos do Guaré. Na Rua Alegre tinham residência, no século XIX, o Brigadeiro Rafael Tobias Aguiar, a Marquesa de Santos e o Brigadeiro Gavião Peixoto. Após a implantação da *SPR*, a rua tornou-se um dos endereços preferidos da elite cafeeira (CAMPOS, 2005).

Três anos mais tarde, Fox cedeu as dependências da sua casa para um rodízio de reuniões realizadas pelo reverendo Alexander Latimer Blackford (1829-1890), da Missão Presbiteriana. Os cultos eram realizados em língua inglesa na casa do próprio reverendo Blackford, à rua da Constituição; na casa de William Deatron Pitt, à rua da Boa Vista, n.º 5, e no escritório Sharpe & Sons, próximo à atual Estação da Luz, contando com a assistência de cinco a quarenta pessoas. (RIBEIRO, 1973, p. 141).

Observa-se, das fontes consultadas, que quando o protestantismo de missão começou a ser instalado no Brasil, e meados do século XIX, Fox foi visto como colaborador da obra missionária. Na década de 1870 o reverendo George Whitehill Chamberlain (1839-1902) elencou, entre os contribuintes para a compra de um terreno no qual se construiria uma escola e um templo, o nome de Daniel Fox.



Em São Paulo, a preocupação dominante do Rev. Chamberlain estava na aquisição de um terreno para a escola e para o templo. Com a atividade que lhe era peculiar, o Rev. Chamberlain começou a levantar donativos, obtendo dos Srs. Annesley, Dulley e Fox a promessa de um conto de réis de cada um (LESSA, 2010, p. 109).

Já no século XX, a *St. Paul's Church* (Igreja Anglicana de São Paulo) dedicou uma singela homenagem ao engenheiro Fox fixando, em uma de suas paredes, uma pequena placa de bronze com a seguinte inscrição:

Daniel Mackinson Fox
Engenheiro Chefe e Superintendente da S. P. R. 1867–1880
Faleceu em 13 de agosto de 1918
Esta placa foi doada por seus filhos
Deus lhe dê descanso eterno. (MILLS, 2013, p. 38)

A “IGREJA ANGLICANA DE PARANAPIACABA” – SÉCULO XIX

De acordo com os pesquisadores Secco, Silva e Nagase, supostamente entre os anos de 1860 e 1867, quando os ingleses estavam estabelecendo as estruturas necessárias para a construção da linha férrea Santos-Jundiáí, foi construída, juntamente com as demais estruturas da Vila Velha, uma residência que teria servido como lugar de culto para os ingleses protestantes que trabalhavam na ferrovia:

La iglesia fue construida en la Calle de la Estación, principal enlace de la Villa Vieja con Villa Martin Smith, en frente al Largo de los Panaderos, a las estaciones de trenes Alto da Serra y a la pasarela de acceso a Villa Alta. Se desconoce el año de su construcción, pero por estar enclavada en Villa Vieja y próxima a la primera estación, se supone que su construcción se remonta al período 1860–1867, cuando la SPR estableció las estructuras necesarias para la construcción de la línea férrea e inició la operación del ferrocarril. (SECCO; SILVA; NAGASE, 2017, p. 1.422).

Por intermédio da análise estrutural desse imóvel – que se situa à rua da Estação, n.º 400, na Vila de Paranapiacaba – os referidos pesquisadores encontraram algumas características singulares como, por exemplo, a fachada principal com apenas um acesso, que teria servido tanto para a igreja quanto para uma residência ao lado (casa pastoral), e a cobertura (telhado), diferente das demais construções da Vila Velha, evidenciando singularidade do imóvel. (SECCO; SILVA; NAGASE, 2017, p. 1.423, 1.425).

A presença de um capelão acompanhando os ferroviários ingleses em outros países não era incomum. Freyre, ao descrever os pioneiros da Estrada de Ferro no Recife do Século XIX, afirmou que numa população de mais de trezentos imigrantes ingleses, havia uma igreja e um capelão. (FREIRE, 2000, p. 96).

Apesar das evidências materiais levantadas por Secco, Silva e Nagase, até hoje não foram encontrados registros históricos que comprovem a atuação de um ministro anglicano no Alto da Serra no século XIX, fato desconhecido pelos próprios pastores anglicanos de São Paulo⁶.

Até o presente momento, a historiografia anglicana descreve a Capela de *St. Paul's Church* – construída em 1873, à Rua do Carmo, centro da cidade, em um terreno doado pelo Barão de Mauá – como o primeiro lugar de culto anglicano edificado para atender às necessidades religiosas dos funcionários britânicos da SPR. (MILLS, 2013, p. 16).

O PRIMEIRO SEPULTAMENTO PROTESTANTE NO CEMITÉRIO DE PARANAPIACABA

O Cemitério Bom Jesus de Paranapiacaba foi fundado, oficialmente, em 25 de julho de 1900, com uma área de 20.000 m². Na ocasião, o Brasil havia se tornado uma

⁶ Agradecimentos, *in memoriam*, ao reverendo Leandro Antunes Campos (vitimado em 2021 pela COVID-19), pastor anglicano da cidade de Santos, que nos ajudou nas pesquisas sobre a “Igreja Anglicana de Paranapiacaba”, afirmando desconhecer lastro histórico entre a referida igreja e a Igreja Anglicana de Santos.

República, cuja Constituição (Laica) de 1891 deslocou para os municípios a administração cemiterial. (BRASIL, 1891, Art. 72, § 5º).

No Brasil Império, contudo, era comum o sepultamento dos fiéis católicos ao lado das suas igrejas e capelas. Foi o caso da Capela do Alto da Serra, localizada na Parte Alta da Vila e fundada em 1884, que possuía a prerrogativa de administrar os sepultamentos da vila. Como não havia dissidências mais profundas entre católicos e protestantes que, juntos trabalhavam na *SPR*, foi possível o sepultamento de protestantes ao lado da Capela. Tal fato pode ser verificado no *Jornal Germânia*⁷ de São Paulo, datado de 9 de junho de 1888:

AGRADECIMENTOS

Agradou a Deus chamar para si próprio o nosso querido filho Christian, ontem de manhã às 4 horas, após 11 meses de enfermidade, com a idade de 7 anos e 9 meses. O consolo de todos os amigos, familiares e habitantes deste lugar da Serra, expressa, tanto no período de enfermidade, como no numeroso acompanhamento ao cemitério, que foi muito confortante e consolador para a nossa dor; também não devemos esquecer os músicos, assim como o nosso amigo especial, o Sr. Manoel José Rodríguez, que esteve conosco durante muito tempo. Manoel José Rodríguez da Costa, desempenhou as funções eclesíásticas no funeral, que foi o primeiro sepultamento protestante nesta cidade. A todos estes queridos amigos e participantes, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

"O Senhor deu, o Senhor tomou, o nome do Senhor seja louvado" Jó 1, 21.

Alto da Serra, 8 de Junho de 1888

Os pais enlutados:

Christian e Caroline Hussenberger

(JORNAL GERMANIA, 1888, p. 4, Tradução Nossa).

Cinco elementos merecem destaque nesse noticiário jornalístico: *primeiro* – a presença de alemães protestantes no Alto da Serra; *segundo* – o ofício fúnebre e liturgia protestante para o sepultamento num cemitério católico; *terceiro* – a presença de um presbítero, de origem portuguesa, da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo – Manoel da Costa⁸ (amigo da família enlutada), desempenhando as funções pastorais; *quarto* – o

⁷ Esta mesma notícia também foi publicada no jornal *A Província de São Paulo*, no dia 29 de junho de 1888, com o título "O Primeiro Enterro Evangélico Neste Lugar".

⁸ Manoel José Rodrigues da Costa era de nacionalidade portuguesa, por volta de 1870 morou na Serra de Santos e trabalhou na *SPR*, onde, provavelmente estabeleceu laços de amizade com a família Hussenberger. Ele foi diácono e o segundo presbítero a ser ordenado na Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo (LESSA, 2010, p. 159).

primeiro sepultamento de protestante no cemitério da Capela [católica] do Alto da Serra, e *quinto* – a presença de músicos, muito provavelmente protestantes, alinhados liturgicamente com o presbítero Manoel da Costa.

Esses elementos, encontrados no rito fúnebre de passagem, evidenciam a convivência harmônica entre a cultura protestante e o catolicismo do Alto da Serra, ao final do século XIX. As forças de integração e cooperação laboral que uniam os colaboradores da *SPR* eram mais resilientes do que os possíveis julgamentos de cunho religioso.

A IGREJA BATISTA NO ALTO DA SERRA – SÉCULO XX

De acordo com os registros históricos da *Annual of the Southern Baptist Convention*, os batistas iniciaram as suas atividades no Alto da Serra em 1904, ao receberem da superintendência da *SPR* uma casa para realizar os cultos:

Lembramos com gratidão que o superintendente da ferrovia inglesa nos dá uma casa esplêndida para nossos serviços, e a igreja de dez novos convertidos se propõe a pagar as despesas de viagem de um pregador dois domingos por mês, enquanto a missão pagará outros dois” (BAPTIST CONVENTION, 1905, p. 86, Tradução Nossa).

Em 1905, a Igreja Batista do Alto da Serra (sic) foi chamada de “Pequena Joia” (BAPTIST CONVENTION, 1906, p. 91, Tradução Nossa); em 1910, encontramos a descrição da sua membresia: “Esta igreja é composta de autoridades ferroviárias, já que a vila é formada por funcionários da ferrovia e seus dependentes.” (BAPTIST CONVENTION, 1911, p. 109, 110, Tradução Nossa).

Em 1915, os batistas do Alto da Serra contaram com a presença da senhorita Genoveva Voorheis, missionária norte-americana que passou a dirigir os trabalhos da Escola Dominical. Por se tratar de uma jovem missionária, o anúncio jornalístico exigia respeito e cortesia devidos (Correio Paulistano do dia 21 de novembro de 1915):

Igreja do Alto da Serra – A esta estação vai todos os domingos, dessa capital, um evangelista ou um pastor para dirigir os trabalhos que se acham sob a direção da Missão Batista. Funciona ali uma excelente Escola Dominical, dirigida pela professora norte-americana Genoveva Voorheis, todos os domingos e quintas-feiras às 19h30 para evangelização. Exige-se o máximo respeito e cortesia em todas as igrejas e em todos os seus trabalhos. Qualquer infrator desta ordem será convidado a retirar-se. (CORREIO PAULISTANO, 1915, p. 6).

Outros registros da atuação batista no local foram encontrados nos jornais da época como:

Alto da Serra – seguirá para dirigir os trabalhos dominicais nessa estação o evangelista Armando Pinto de Oliveira” (CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 5); “**Alto da Serra** – Seguirá para essa estação a fim de celebrar a Ceia do Senhor e pregar às 11h e as 19h30 o pastor João Batista Júnior. (CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 6).

Em 1916, quando o cenário mundial era assolado pela Primeira Grande Guerra e o panorama paulistano experimentava as turbulências na indústria e comércio (primeira greve geral), o trabalho Batista no Alto da Serra teve sua primeira avaliação negativa junto à Convenção Batista do Sul dos EUA: “Esta pequena e fraca igreja não fez nenhum progresso durante o ano, embora fosse capaz de manter uma boa Escola Dominical sob os esforços incansáveis da Srta. Voorheis.” (BAPTIST CONVENTION, 1917, p. 168).

Em 1918, a presença batista no Alto da Serra é chamada de “ponto de pregação” (BAPTIST CONVENTION, 1919, p. 232, Tradução Nossa) e, após essa menção, silenciam-se os registros da Convenção Batista do Sul dos EUA.

De acordo com antigos moradores da Vila de Paranapiacaba, a casa fornecida pela SPR para o trabalho batista em 1904, localizava-se na Parte Alta da Vila e já foi demolida.

A CONGREGAÇÃO PRESBITERIANA DO ALTO DA SERRA (PARANAPIACABA)

O trabalho presbiteriano no Alto da Serra nasceu a partir de uma visita da Sociedade de Esforço Cristão, pertencente à Igreja Unida de São Paulo (IPU), à Vila do Alto da Serra, em 1933. Essa sociedade, cuja fundação data de setembro de 1900, costumava reunir-se aos domingos para distribuição folhetos e pregação do evangelho em outros bairros da capital (OLIVETTI, 2001, p. 149). Numa dessas visitas ela encontrou, na Vila do Alto da Serra, um “grupo de crentes interessados” em trabalhos de culto regulares.

Sob o pastorado do reverendo Miguel Rizzo Júnior, a IPU assumiu a direção do trabalho realizado à rua da Estação, n.º 400. O mesmo lugar cujos arquitetos pesquisadores Secco, Silva e Nagase presumiram o funcionamento da “Igreja Anglicana de Paranapiacaba”, no século XIX.

As atividades presbiterianas na Vila do Alto da Serra foram bastante frutíferas em suas primeiras décadas, visto que constam diversos registros de recebimento de membros por profissão de fé e/ou batismo, indicativos de uma igreja nascente ativa na pequena vila ferroviária.

O seu desenvolvimento econômico não ficou para trás, pois, em 1934, a IPU estipulou a verba mensal de 10\$000 (dez mil réis) à Congregação Presbiteriana do Alto da

Serra (IPU, S/D, p. 81, 82, ata do dia 14/07/1934) e solicitou junto à *SPR* a concessão de “passes de trem” destinados aos seus pregadores. Em 1937, a Congregação Presbiteriana do Alto da Serra declarou não ter mais a necessidade de auxílio pecuniário da IPU (S/D, p. 192, ata do dia 31/07/1937). E, em 1938, a mesa administrativa da referida congregação enviou uma missiva ao Conselho da sede comunicando que, doravante, iria contribuir com o dízimo das suas coletas mensais para a IPU (S/D, ata do dia 18/02/1939).

Ilustres pregadores ocuparam o púlpito da Congregação Presbiteriana do Alto da Serra em seu período nascente, entre eles, o reverendo Rodolpho Garcia Nogueira (1909-1998); o reverendo Miguel Rizzo Júnior – em algumas ocasiões especiais; e o reverendo Boanerges Ribeiro (1919-2003), que veio a presidir o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil nas décadas de 1960 e 70.

A história do trabalho presbiteriano no Alto da Serra merece uma obra à parte, mas de forma resumida, a Congregação Presbiteriana do Alto da Serra passou por três jurisdições (Quadro 01) à medida que o presbiterianismo se expandia na região do ABC Paulista.

Quadro 1 – Igrejas Dirigentes da Congregação Presbiteriana do Alto da Serra

Congregação Presbiteriana do Alto da Serra		
A PARTIR DE:	JURISDICIONADA À:	DISTÂNCIA
16/09/1933	Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo (IPU)	44 Km
04/05/1975	Igreja Presbiteriana do Parque das Nações	27 Km
12/04/1981	Igreja Presbiteriana de Ribeirão Pires	14 Km

Fonte: Elaboração: Autores (2021)

Em 1944, chegou às mãos do Conselho da IPU um pedido, subscrito por 94 membros em plena comunhão, solicitando a organização em igreja das congregações de São Caetano e Santo André. Todavia os membros da IPU arrolados na Congregação Presbiteriana do Alto da Serra preferiram não subscrever o documento aludido, sob a alegação de que preferiam continuar jurisdicionados à IPU (IPU, S/D, Ata do dia 01/01/1944).

Em 1955, houve a tentativa de transferir-se a Congregação Presbiteriana do Alto da Serra para a administração da Igreja Presbiteriana de Santo André, a qual propôs um período de experiência (seis meses) antes da possível transferência, contudo este processo tornou-se malogrado, permanecendo a Congregação Presbiteriana do Alto da Serra sob a jurisdição da IPU. (IPSA, S/D, Ata do dia 30/12/1955).

Em 1975, a Igreja Presbiteriana do Parque das Nações (localizada no município de Santo André), por estar mais próxima à Congregação Presbiteriana do Alto da Serra, assumiu a direção daquele trabalho (IPPN, S/D, Ata do dia 04/05/1975). O mesmo ocorreu em 1981, a Congregação Presbiteriana do Alto da Serra passou a ser jurisdicionada à recém organizada Igreja Presbiteriana de Ribeirão Pires (IPRP, S/D, Ata do dia 12/04/1981).

Neste período, as atividades da Congregação Presbiteriana do Alto da Serra, agora conhecida como Congregação Presbiteriana de Paranapiacaba, foram bastante intensas, com batismos, profissões de fé, casamentos, cantatas de Natal etc. Todavia, com o desenvolvimento da região do ABC no século XX (a chegada das montadoras e do intenso comércio), o transporte de cargas e passageiros no modal ferroviário foi perdendo o seu aspecto majoritário. Com a inauguração da Rodovia dos Imigrantes em 1974 e da Rodovia Mogi-Bertioga em 1982, boa parte do escoamento de produtos para o Porto de Santos passou a ser realizado por essas vias, diminuindo o fluxo ferroviário e, por sua vez, reduziu-se a necessidade de mão de obra na Vila de Paranapiacaba, cuja concessão à SPR havia encerrado em 1946.

Em um século houve a redução de 4/5 do contingente de moradores da vila pois, estima-se que em 1900 havia cerca de 5.000 habitantes, com a entrada do novo milênio – no ano 2000 – este número baixou para 2.000 (MILLS, 2013, p. 38). Atualmente, assistem cerca de 800 moradores na Vila de Paranapiacaba.

Pari passu ao esvaziamento da vila houve a redução na membresia da Congregação Presbiteriana de Paranapiacaba que, com o passar do tempo, tornou sua existência e administração inviáveis. Dessa forma, quando foi Inaugurada a Congregação Presbiteriana do Rio Grande da Serra, o Conselho da Igreja Presbiteriana de Ribeirão Pires resolveu, em setembro de 1998, descontinuar as atividades eclesíásticas em Paranapiacaba, entregando assim as suas chaves à IPU (IPRP, S/D, Ata do dia 13/09/1998).

O PROBLEMA

Expropriado da sua mobília – púlpito, bancos, armários e outros itens – em 2003, o imóvel outrora utilizado pelos presbiterianos tomou parte no tombamento da Vila de Paranapiacaba, pelo COMDEPHAAPASA. Ele ficou dissociado das particularidades que

compõem o seu *inventário cultural*⁹ e passou a fazer parte da infraestrutura de bens e serviços para atender aos visitantes da Vila de Paranapiacaba.

Provavelmente envolto num programa de geração de renda, as dependências da antiga Congregação Presbiteriana do Alto da Serra tornaram-se a “Apiacá, Casa de Chá e Restaurante”, contendo uma profana mobília para seus novos frequentadores.

No antigo salão de cultos é possível verificar o tablado elevado, demarcado pela pequena cerca com balaústres de madeira, lugar onde se acomodava o antigo púlpito e as cadeiras. A sala anexa ao tempo, onde funcionava a classe das crianças, acomoda, atualmente, a cozinha e o balcão de pedidos. O patrimônio encontra-se com algumas características alteradas – *com o forro retirado e a pintura rasquetada*.

Não há no imóvel nenhuma alusão pictográfica ou escrita que descreva a sua função social na Paranapiacaba dos séculos XIX ou XX. A bíblia foi substituída pelo *menu*, os bancos da igreja cederam o lugar para as mesas e cadeiras do restaurante, o gazofilácio foi trocado pela caixa registradora, os hinos foram substituídos por música de bar e as angústias da alma deram lugar à fome da carne.

As especificidades que compõem o inventário cultural do imóvel outrora utilizado pelos protestantes perderam-se nas características globais que envolvem o patrimônio tombado da Vila Velha de Paranapiacaba. Desta forma, “a comunicação entre as épocas e gerações interrompe-se quando um dado repositório de conhecimento partilhado se perde.” (ASSMANN, 2011, p. 17).

A CONGREGAÇÃO PRESBITERIANA DO ALTO DA SERRA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são resíduos, um testemunho do outro tempo, que desejam ser perpetuados, como marco de outra época, na ilusão da eternidade (1984, p. XXIV). A antiga Congregação Presbiteriana do Alto da Serra (Figura 02) constitui-se *lugar da memória protestante* pelos Adibs, Azevedos, Damazios, Shimielas e outras famílias que, por décadas, a frequentaram. Nela coexistem os planos *material, simbólico e funcional*

⁹ O inventário cultural consiste no levantamento de bens considerados representativos de uma cultura com vistas a sua preservação. Sua criação é recente, pois remonta à passagem do século XVII ao XIX (ALMEIDA, 2018, p. 325).

Figura 2 - Congregação Presbiteriana do Alto da Serra

Fonte: Os Autores (2020).

Material, *em sua substancialidade* – uma base de pedra, com blocos de granito de 40 centímetros, assentados com cal e areia, revestidos com verniz de alcatrão que, por sua vez, sustenta uma construção de madeira, edificada com técnicas da arquitetura anglo-saxônica do século XIX, paredes e pisos compostos de madeira de peroba (SECCO; SILVA; NAGASE, 2017, p. 1422, 1424). Constitui, assim, o mosaico da Vila Velha, a poucos metros da estação ferroviária que, durante décadas, forneceu o panorama cenográfico, emoldurado pela chegada e partida das composições, com os seus silvos, sinos e movimento frenético dos passageiros.

Simbólico, *em sua espiritualidade* – um lugar utilizado para o encontro com o *divino*, os trilhos para o *religare*; que, por intermédio das diversas mensagens evangelísticas, cantatas natalinas, peças teatrais e pregações do evangelho permitiu a conexão daqueles que a frequentavam com o *verbo divino*.

E, funcional, *em sua rede de apoio mútuo*, lugar utilizado para o exercício da fé e comunhão dos fiéis, dos enlaces matrimoniais e das atividades sociais que integravam as famílias protestantes da vila.

Ainda que ressignificado no seu aspecto funcional, o imóvel utilizado pelos protestantes evoca a força da memória em seu interior. Pois, os balaústres, que delimitavam o lugar sagrado (*púlpito*) do espaço congregacional, operam a força sugestiva da investigação que a “memória dos locais”¹⁰ guarda em si (ASSMANN, 2011, p. 317).

¹⁰ De acordo com Assmann (2011, p. 317), a memória dos locais “é a expressão sugestiva porque aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores de recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos”.

Tal realidade foi experienciada por Secco ao reconhecer a *memória local* daquele imóvel em uma de suas visitas à Vila de Paranapiacaba:

Chegando ao vilarejo, procurei um local para almoçar. Na ocasião, evitei frequentar estabelecimentos conhecidos e busquei locais cujos pratos ainda não havia provado. Ao terminar a travessia da passarela, cruzei o Largo dos Padeiros e fui em direção ao antigo mercado, quando então reparei em uma singela casa pintada de branco. Aquela pequena residência sempre me chamou a atenção exatamente por sua cor, diferente de todas as demais casas de madeira encontradas na vila, que apresentam coloração avermelhada ou amarelada. O telhado em pavilhão (quatro tacaniças) era também singular, pois denotava uma planta quadrada. Notei que a placa fixada ao beiral do telhado indicava que ali funcionava um restaurante de nome Apiaca. Decidi então subir a escada e almoçar ali mesmo. Na entrada, nada de diferente: apenas uma sala. Consultei o menu e escolhi o prato. Feito o pedido, o proprietário da casa me apontou o salão onde poderia escolher a mesa e aguardar meu pedido. Foi então que me surpreendi com o que encontrei: atravessando a porta que comunica os ambientes, cheguei a um amplo salão com boa quantidade de janelas tendo ao fundo dois degraus e uma balaustrada, elementos que me lembravam rústicas igrejas inglesas vistas em filmes e livros. Estava quase certo de que havia encontrado a antiga igreja implantada pelos ingleses que construíram e operaram a ferrovia (SECCO, 2010).

A experiência de Secco, em trabalho de campo, evidencia que a *memória local* é o substrato para a construção de espaços culturais que, por sua vez, solidificam e validam a recordação, na medida em que se ancoram no tempo e no espaço, evocando os seus respectivos personagens e contextos sociais (ASSMANN, 2011, p. 318).

ESMAECIMENTO DA MEMÓRIA PROTESTANTE EM PARANAPIACABA

Usamos aqui o termo *esmaecimento* pelo seu significado: “deixar de ter luz”, “ficar sem luminosidade” e “apagar-se paulatinamente”. Paradoxalmente, o patrimônio utilizado pelos protestantes, por sua proximidade geográfica à Estação Ferroviária do Alto da Serra, obteve primazia no sistema de iluminação elétrica na cidade de São Paulo. Visto que, segundo o Jornal do Comércio de 30 de março de 1900: “todo o edifício da estação e suas proximidades são iluminados a luz elétrica” (SÃO PAULO RAILWAY COMPANY, 1900, p. 1). Por outro lado, na cidade de São Paulo, a iluminação elétrica ocorreu somente em 1905, quando as primeiras lâmpadas foram instaladas na rua Barão de Itapetininga pela *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*.

Em certo sentido, durante os séculos XIX¹¹ e XX, o patrimônio em questão irradiou a cultura protestante na alvorada do modernismo em toda a região do ABCD Paulista. E nele, como lugar de memória, encerrou-se: *o protestantismo anglicano* – caso sejam comprovadas as teses de Secco; *o protestantismo batista* – pois, segundo alguns moradores protestantes da Paranapiacaba do século XX, houve o trânsito religioso dos batistas para a congregação presbiteriana; e *o protestantismo presbiteriano* – dada a sua utilização pelos calvinistas por mais de 60 anos.

Com o encerramento das atividades da missão batista, e com a posterior demolição do casarão onde a comunidade se reunia (na Parte Alta), o imóvel na rua da Estação, n.º 400 assumiu a condição de único marco histórico da cultura protestante na Vila de Paranapiacaba.

Todavia os processos do tríplice tombamento e a célere redução dos habitantes da vila ao final do século XX corroboraram para o esmaecimento da memória protestante, conforme descreveremos abaixo:

A dispersão dos objetos litúrgicos – com o encerramento das atividades de culto na Congregação Presbiteriana do Alto da Serra, em 1998, houve a transferência dos seus objetos litúrgicos para outros lugares; uma parte seguiu para a Congregação Presbiteriana de Rio Grande da Serra, e outra, infestada de cupins, foi descartada. O púlpito, o órgão de fole e uma antiga bíblia estão preservados, em posse de alguns membros preocupados com o patrimônio cultural que eles carregam em si.

Esses objetos litúrgicos, bem como o gazofilácio, a placa de identificação do lugar na entrada, dentre outros, funcionam como *símbolos* e *arquétipos*, elementos da composição da memória individual e coletiva. Por sua vez, esses objetos compuseram a contiguidade dos sons, das imagens, dos odores, e têm o poder de evocar, associados ao lugar de memória, os retratos de recordação (ASSMANN, 2011, p. 242).

A dissociação desses objetos sagrados do seu lugar de memória prejudicou os processos de tombamento da antiga Congregação do Alto da Serra pois, segundo as diretrizes do próprio processo de tombamento do IPHAN: “o tombamento de um edifício religioso implica necessariamente no dos seus acessórios.”¹² (1987, p. 55).

O tombamento da Vila de Paranapiacaba como “conjunto urbano” inviabilizou o estudo pormenorizado de cada imóvel pois, segundo o laudo 05/99 dos processos de tombamento

¹¹ Conforme estudos de Secco, Silva e Nagase (2010; 2017).

¹² Decisão do Conselho Consultivo do IPHAN em 13 de agosto de 1984, registrada na Ata da sua 116ª Reunião.

do IPHAN, “[...] a vila ferroviária é composta por mais de 400 casas, além de prédios utilitários e comunais, impossibilitando o trabalho que dê inspeção construção por construção” (1987, p. 94).

Dessarte, o patrimônio em questão foi compreendido apenas como mais uma casa na vila operária e a sua localização estratégica tornou-o elegível na composição da infraestrutura para o acolhimento de turistas – ponto gastronômico.

A diminuição da membresia da Congregação Presbiteriana – o imóvel utilizado pelos presbiterianos teve a sua época áurea em meados do século XX, com uma membresia em torno de 50 pessoas. No início daquele século a população da vila girava em torno de 2.000 habitantes (CRUZ, 2007, p. 110) contudo, paulatinamente, foi minorando pelo fato de seus moradores buscarem postos de trabalhos em outras regiões do entorno.

A interrupção de transportes de passageiros na Estação de Paranapiacaba pela CPTM, em 2002, foi um golpe final, que atingiu em cheio a vocação da própria vila.

Pari Passu houve o impacto direto na membresia da Congregação Presbiteriana, que ao final do século XX diminuiu rapidamente. Muitos dos seus membros mudaram-se para Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Santos, Santo André e outras cidades.

Se os objetos litúrgicos são a condição essencial para um tombamento assertivo e apropriado, a ausência dos próprios frequentadores constituiu-se num grande entrave para o estabelecimento daquele espaço como “lugar de memória”.

As perturbações da memória protestante – a ação implacável do tempo, o esmaecimento das memórias, conquanto conjunto de funções psíquicas, tem desembocado na amnésia e perturbações na memória protestante na Vila de Paranapiacaba. De acordo com Le Goff:

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória, que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também no nível da linguagem na afasia, devem, em numerosos casos, esclarecer-se também à luz das ciências sociais. Por outro lado, num nível metafórico, mais significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (1990, p. 389).

O fenômeno descrito (*perturbações da memória*) está bem nítido na obra de Costa (2015), “Mitos & Lendas”, quando demonstra os processos históricos de dissociação da

cultura inglesa de Daniel Fox , com a paulatina associação do engenheiro ao misticismo emergente na vila¹³:

[...] Daniel Fox executou seu trabalho com louvor, seu desempenho como engenheiro-chefe foi primoroso, mas aos poucos o construtor da ferrovia foi saindo de cena e, com o passar dos anos, tudo o que restou de histórias sobre a vida dele em Paranapiacaba ficou envolto em lendas e mistérios. Para começar, alguns moradores dizem que foi Fox quem impediu seu filho de casar-se com uma moça católica, o que a fez cometer suicídio. Conta-se também que Fox nunca descansava e que estava sempre, a todo momento, observando o parque ferroviário da janela de seu castelo de madeira. Comenta-se também que ele costumava realizar blitz na cozinha do Castelinho para tomar café e que hoje seu fantasma, seu espectro (e de sua esposa) habitaria aquela construção, caminhando dia e noite por seus corredores gelados, preso a um passado remoto (COSTA, 2015, p. 50, 51).

O misticismo emergente na Vila de Paranapiacaba está de mãos dadas com o ecoturismo e geração de renda pois, desde 2004, um grupo esotérico tem realizado, anualmente, a convenção de bruxas e magos. E, em 2020, com o objetivo de fomentar o turismo na Vila de Paranapiacaba, a Associação Brasileira de Bruxaria, através de um processo de licitação, recebeu um imóvel na vila para a utilização de suas atividades por dez anos (BAIMA, 2020).

Por fim, dois elementos acima elencados, a saber: *a dispersão dos objetos litúrgicos e as perturbações da memória protestante*, têm corroborado para o esmaecimento da memória do protestantismo na Vila de Paranapiacaba, não pela orgânica do esquecimento, porém pelo apagamento dos rastros da memória protestante. Visto que, de acordo com Ricoeur “o esquecimento é então evocado nas proximidades das disfunções das operações *mnésicas*, na fronteira entre o normal e o patológico” (2007, p. 428, 436) e o apagamento dos rastros consiste na redução dos elementos documentais e das primeiras impressões enquanto passividades (*acontecimentos marcantes*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a implantação da SPR e a construção da Vila do Alto da Serra deu-se na época do Brasil Império, no século XIX, quando a CF 1824 definia o catolicismo como a Religião Oficial do Império e proibia a construção de templos de

¹³ Embora alguns autores afirmem que Daniel Fox tenha sido um dos primeiros moradores do “Castelinho” (CRUZ, 2007, p. 127), tal afirmação não encontra fundamento histórico, visto que o engenheiro retornou definitivamente à Inglaterra no dia 24 de abril de 1880, a bordo do *Guardiana*, e o “Castelinho” foi inaugurado somente em 1897. (THE RIO NEWS, 1880, p. 2).

outras confissões religiosas (BRASIL, 1824, Art. 5), são exíguos os documentos que evidenciam as práticas religiosas protestantes naquele lugar. Contudo, pela análise da ‘cultura material’, dos artigos dos jornais da época e, das evidências da própria cultura protestante dos ingleses que trabalharam na SPR, é possível verificar elementos da cultura protestante no Alto da Serra.

Por outro lado, no início do século XX, sob o sistema republicano, o protestantismo floresceu na Vila Ferroviária, nas vozes da missão batista e do presbiterianismo que reverberou na Paranapiacaba.

Se, por um lado, a Paróquia Senhor Bom Jesus de Paranapiacaba, fundada oficialmente em 1889, marca a presença católico-romana no Alto da Serra; o patrimônio utilizado pelos presbiterianos no século XX, e provavelmente utilizado pelos anglicanos no século XIX, representa um ‘lugar de memória’ da cultura protestante da Vila de Paranapiacaba, que reverbera em seus espaços, as mensagens, os hinos e as cantatas natalinas. Reverberações vívidas nas histórias de vida daqueles que o frequentaram, porém, esmaecidas na memória do protestantismo da Vila Ferroviária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. Inventários e processo de patrimonialização: o caso da Vila de Paranapiacaba. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 323-334, 2018. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/793/1042>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ANDRADE, P. R. "Que o Governo de S.M. havia concedido verbalmente dispensa da condição 8a do mencionado decreto": trabalhadores escravos nas obras de construção da SPR na década de 1860. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 7, n. 17, dez. 2015, p. 246-270, Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/60919/36114>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ANDRADE, P. R. Trabalhadores escravos e livres, brasileiros e imigrantes, na construção e início da operação da São Paulo Railway (1860-1872). **SEO - Sociedade Brasileira de Estudo do Oitocentos**, p. 1-20, Disponível em: https://www.seo.org.br/images/Paulo_Rodrigues.pdf. Acesso em 18 jan. 2022.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BAIMA, A. **Associação Brasileira de Bruxaria inaugurou neste sábado (9) a nova sede em Paranapiacaba**. Santo André, 2020. Disponível em: <https://www.abcdabc.com.br/santo-andre/noticia/associacao-brasileira-bruxaria-inaugurou-neste-sabado-9-nova-sede-paranapiacaba-136802>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BAPTIST_CONVENTION. **Annual of the Southern Baptist Convention 1905:** containing the proceedings of the fiftieth session, sixtieth year. Disponível em: http://media2.sbhla.org.s3.amazonaws.com/annuals/SBC_Annual_1905.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BAPTIST_CONVENTION. **Annual of the Southern Baptist Convention 1906:** containing the proceedings of the fifty-first session, sixty-first year. Disponível em: http://media2.sbhla.org.s3.amazonaws.com/annuals/SBC_Annual_1906.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BAPTIST_CONVENTION. **Annual of the Southern Baptist Convention 1911:** proceedings of the fifty-sixth session, sixth-sixth year. Disponível em: http://media2.sbhla.org.s3.amazonaws.com/annuals/SBC_Annual_1911.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BAPTIST_CONVENTION. **Annual of the Southern Baptist Convention 1917:** containing the proceedings of the sixty-second session, seventy-second year. Disponível em: http://media2.sbhla.org.s3.amazonaws.com/annuals/SBC_Annual_1917.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BAPTIST_CONVENTION. **Annual of the Southern Baptist Convention 1919:** containing the proceedings of the sixty-fourth session, seventy-fourth year. Disponível em: http://media2.sbhla.org.s3.amazonaws.com/annuals/SBC_Annual_1919.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BENCHIMOL, J. L. O. **Adolpho Lutz - Obra Completa: febre amarela, malária e protozoologia.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BREVIGLIERI, E. M. B.; LIMA, M. C. A. Proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico e o instituto do tombamento. **Quaestio Iuris**, v.10, n. 1, p. 95-126, Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/2344>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CAMPOS, E. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. **Anais do Museu de São Paulo**, v. 13, n. 1, jan./jun., p. 11-57, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5414/6944>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CARVALHO, M. F.; GIGLIO, E. M. **A dinâmica da rede sob a perspectiva social: o caso da Vila de Paranapiacaba**. v. 2, n. 2, p. 327-340, Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_09.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CORREIO_PAULISTANO. **Gazetilha - Estrada de Ferro. São Paulo, 1856**. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1856_00448.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

CORREIO_PAULISTANO. Igreja do Alto da Serra. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1915_18806.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

CORREIO_PAULISTANO. Alto da Serra. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1916_18882.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

COSTA, J. **Paranapiacaba: lendas e mitos**. Santo André: Estranhos Atratores, 2015.

CRUZ, T. F. D. S. **Paranapiacaba: a arquitetura e o urbanismo de uma vila ferroviária**. 2007. 195 f. (Mestrado) - Escola de Eng. de São Carlos, Universidade de São Carlos, S. Carlos.

CYRINO, F. R. P. **Café, ferro e argila**. São Paulo: Landmark, 2004.

FOX, D. M. Description of the line and works of the São Paulo Railway in the Empire of Brazil. **The São Paulo Railway**, p. 29-60.

FREYRE, G. **Ingleses no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

IPHAN. Decreto-Lei n.º 25/37. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

IPHAN. **Processo de Tombamento n.º 1.252-T-87**. Brasília – DF.

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Brasília - DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 15 jan. 2022.

IPPEN. **Livro de Atas da Igreja Presbiteriana do Parque das Nações**. Santo André: Conselho da Igreja Presbiteriana do Parque das Nações, S/D.

IPRP. **Livro de Atas da Igreja Presbiteriana de Ribeirão Pires**. Ribeirão Pires: Conselho da Igreja Presbiteriana de Ribeirão Pires, S/D.

IPSA. **Livro de Atas da Igreja Presbiteriana de Santo André**. Santo André: Conselho da Igreja Presbiteriana de Santo André, S/D.

IPU. **Livro de Atas da Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo**. São Paulo: Conselho da Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, S/D.

JORNAL_GERMANIA. Danksagung. **Germania**, São Paulo, 1888.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas - SP: Editora UNICAMP, 1990.

LEMOS, C.; CORONA, E. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

LESSA, V. T. **Anais da 1.a Igreja Presbiteriana de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

MILLS, J. R. **Charles Miller: o pai do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books (iBooks), 2013.

NORA, P. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1984.

OLIVETTI, O. **Na esteira dos passos de Deus: Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, 1900-2000**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001.

PIETRO, M. S. Z. D. **Direito Administrativo**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, B. **Protestantismo no Brasil monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SECCO, G. **Igreja Anglicana de Paranapiacaba**. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/04.044/3618>. Acesso em: 10/01/2020.

SECCO, G. R.; SILVA, A. L. A.; NAGASE, L. L. Iglesia Anglicana de Paranapiacaba. **Actas del Décimo Congreso Nacional y Segundo Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción**, v. 3, p. 1.419-1.427, 2017. Disponível em: <http://www.sedhc.es/biblioteca/actas/Rodrigues%20Secco.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SÃO PAULO RAILWAY COMPANY. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1900. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_09&pagfis=284. Acesso em: 15 jan. 2022.

TEIXEIRA, P. P. A ferrovia "The São Paulo Railway" (SPR) e a industrialização da cidade de São Paulo. **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos SA Segreti"**, v. 2, p. 125-134, Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3673110.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=6699228056758896409&ei=rAPTYZ6ZOpiTy9YPIJ6_8A4&scsig=AAGBfm0qw6eTAJMW-dACB9IP-SP5Zma52A. Acesso em: 15 jan. 2022.

THE RIO NEWS. Daniel M. Fox, M. I. C. E. **The Rio News**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1880. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=349070&Pesq=DANIEL%20M.%20FOX%20M.I.C.E.&pagfis=153>. Acesso em: 25 jul. 2021.

RECEBIDO EM: 05/04/2021
PARECER DADO EM: 12/05/2021



www.revistafenix.pro.br